

Alvo de operação em São Bernardo do Campo, entidade lidera repasses em SP

Alvo de operação em São Bernardo do Campo, entidade lidera repasses em SP

Fundação do ABC recebeu R\$ 2 bi em 2025 e teve contratos rejeitados pelo Tribunal de Contas; OUTRO LADO organização diz ter firmado acordo de boas práticas de gestão

André Fleury Moraes

SÃO PAULO Pivô de um suposto esquema de desvios em São Bernardo do Campo, a Organização Social de Saúde (OSS) Fundação do ABC recebeu R\$ 2 bilhões em repasses de prefeituras paulistas e do Governo de São Paulo de janeiro a setembro de 2025.

É o maior volume entre todas as entidades conveniadas no estado. Os números são do Tribunal de Contas paulista.

Sediada em Santo André e fundada em 1967 pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul, a fundação passou a atuar como organização social no começo dos anos 2000. Esse tipo de entidade não está sujeita às licitações tradicionais — pela legislação, elas participam de chamamentos públicos e são selecionadas a partir de critérios como plano de trabalho.

Em nota, a Fundação do ABC afirmou que ainda não foi procurada por autoridades para prestar esclarecimentos e que permanece à disposição. Disse também que firmou por iniciativa própria em 2019 um acordo com a Promotoria para fortalecer boas práticas de governança.

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, onde a entidade opera um complexo que abrange quatro hospitais, concentra a maior parte dos R\$ 939 milhões em recursos municipais recebidos pela fundação. Foram R\$ 428 milhões neste ano. Na sequência vêm Santo André (R\$ 244 milhões) e São Caetano do Sul (R\$ 201 milhões).

No caso de São Bernardo, parte do valor repassado parou na mão de criminosos, dizem a Polícia Federal e o Ministério Público de São Paulo. Ambas as instituições deflagram operação que culminou no afastamento do prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima (Podemos). Lima foi procurado, mas não se manifestou.



Dinheiro apreendido pela Polícia Federal em operação envolvendo contratos entre a Fundação do ABC e a Prefeitura de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Divulgação/Polícia Federal

A prefeitura disse "há uma auditoria externa contratada para averiguação de convênios e contratos desde o início deste ano, antes mesmo da investigação". Não há data para sua conclusão.

Segundo a investigação, uma das fontes dos desvios partia de contratos firmados pela Fundação do ABC com terceirizadas. A PF encontrou mensagens trocadas entre suspeitos de integrar o esquema que sugerem desvios em contratos firmados entre a fundação e a empresa One Laudos, que recebeu mais de R\$ 6 milhões da entidade.

A Fundação do ABC disse à Folha que não há menção de irregularidades em contratos com

municípios e que iniciou monitoramento específico das negociações firmadas em São Bernardo. As apurações, conduzidas pela controladoria da OSS, têm sido repassadas ao TCE-SP, afirmou.

A One Laudos, por sua vez, declarou que suas obedecem às disposições legais e ocorrem com transparência. Disse ainda que não foi intimidada, mas esta à disposição das autoridades.

Em 19 de agosto, dias após a operação, o Tribunal de Contas de São Paulo rejeitou contrato de R\$ 20 milhões firmado em 2022 pelo governo estadual com a Fundação do ABC durante a gestão Rodrigo Garcia (então PSDB) e aplicou multa individual de R\$ 7,400 aos responsáveis pela negociação, entre os quais o ex-secretário de Saúde Jeancarlo Gorichitety. Cabe recurso.

A Folha o ex-secretário disse que atuou apenas na formalização do convênio em caráter emergencial diante da escassez de recursos humanos. Afirmou também que as responsabilidades sobre eventuais irregularidades competem à entidade.

Procurado, o ex-governador não se manifestou.

Antes, a corte já havia imposto outros reveses à instituição.

Em dezembro do ano passado, o TCE proibiu a Prefeitura de Santo André de pagar R\$ 84 milhões à Fundação do ABC. A decisão veio a pedido do Ministério Público de Contas, que viu irregularidades no cálculo do débito.

A administração de Santo André disse que o valor se referia a dívidas antigas e que, em razão de divergências entre o TCE e o Ministério Público, suspendeu o pagamento das parcelas.

Em 2023, o TCE também julgou irregular a contratação da entidade pela Prefeitura de Mauá num contrato de R\$ 58 milhões porque a entidade não apresentou indicadores de produção que justificassem o valor recebido. Procurada, Mauá não respondeu.

A Prefeitura de São Caetano do Sul, terceira cidade que mais registra transferências à OSS, disse manter compromisso com transparência e que o contrato "é fiscalizado pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Contrato de Gestão, com emissão de relatórios trimestrais, e por órgãos de controle externo".

Os cinco municípios que mais repassam verba à Fundação do ABC



Repasses à Fundação do ABC por natureza do recurso



Fonte: Tribunal de Contas de São Paulo

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: A Página: 35